

Contas externas serão o grande desafio de 97

■ Governo terá que buscar equilíbrio entre crescimento econômico e aumento das importações. Déficit público é ameaça ao plano

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA — Falta um bocado de chao para chegar à consolidação de uma economia estável. E 1997 será o ano do vai ou racha. O novo ano começa com fragilidade nas contas externas e muitas dúvidas sobre a possibilidade de ganhos expressivos na redução do déficit fiscal, medido pelas receitas menos as despesas do setor público. Há, porém, absoluta convicção de que a inflação será de apenas um dígito, algo na casa dos 7% a 9%. Isso é suficiente? Não.

O governo terá que apresentar evidências claras de que não há risco nas contas externas. Andará na corda bamba entre o crescimento econômico e o monitoramento das importações, para que o déficit da balança comercial não saia do controle. Com todas as limitações políticas da discussão e votação da emenda da reeleição, terá que mostrar serviço na redução do déficit público que, neste ano, foi, novamente, um desastre.

Paralelo ao desempenho macroeconômico, profundas reestruturações dentro das empresas serão levadas adiante. As empresas continuarão buscando mais tecnologia e produtividade, produzindo, obviamente, um desemprego estrutural. No rastro do processo de globalização, a economia brasileira será submetida cada dia mais à concentração e internacionalização dos capitais.

Nova elite — Os analistas que se voltam para o campo da microeconomia vislumbram o surgimento de uma nova elite empresarial no país. O novo desbancando o velho. O poder de fogo da nata do capital não virá mais da Fiesp, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Novas lideranças devem começar a surgir, mais modernas na gestão dos seus negócios e independente do Estado.

O crescimento da economia, medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), encerra este ano acelerado. As indicações são de que o nível da atividade econômica anda correndo à taxa de 10%, se anualizado o desempenho do penúltimo trimestre. Taxa impossível de ser sustentada no ano que começa. Os técnicos do governo estão apostando, contudo, que haverá uma desaceleração natural da economia já no primeiro mês do ano, porque o comércio formou estoques altos, superiores ao consumo esperado para o Natal, e entra 97 sem ter que fazer novas encomendas à indústria. Com isso, o PIB crescerá na casa dos 4% a 5% nos próximos 12 meses, sem grandes oscilações.

Caso essa acomodação natural não ocorra, em final de março ou começo de abril o governo terá que produzir uma freada. Seja com taxa de juros ou restrição ao crédito. Por que não dá para crescer aos níveis históricos de 7% a 8% e, com isso, aumentar a renda, o emprego e o bem estar da população?

Cenários — O economista Afonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, faz uma projeção que explica bem essa restrição. Supondo que a política cambial permaneça inalterada em 97 e não haja nenhuma extravagância nas tarifas de importação, Pastore monta uma equação com três cenários.

Considerando que as exportações vão crescer em torno de 7%, ficando, portanto, na faixa de US\$ 51,5 bilhões, a variável relevante será a importação, que está estreitamente relacionada com a demanda interna de bens de consumo e para investimentos. Assim, se o PIB crescer 5%, que é o projetado pelo governo, as importações subiriam para US\$ 61 bilhões e o déficit comercial seria de US\$ 9,5 bilhões.

Uma segunda hipótese é do PIB crescer apenas 3%. Ai, as importações seriam de US\$ 59,5 bilhões e o déficit comercial, de US\$ 8 bilhões. Já a terceira alternativa, praticamente impossível, seria de não haver crescimento algum. Ainda assim, as importações tenderiam a consumir US\$ 57

bilhões em divisas, produzindo um déficit comercial de US\$ 5,5 bilhões. Todos os esforços serão para reanimar as exportações.

Anabolizante — O governo insiste que a desvalorização cambial não será usada como anabolizante das exportações e, a rigor, ninguém espera nada de revolucionário na política cambial. Outro problema que vai afetar as vendas do país no mercado internacional é a baixa dos preços das principais commodities. Os especialistas em comércio exterior trabalham com uma previsão de queda de 4% no preço da soja, de 10% no preço do café e de 17% no preço do milho.

O problema da área externa não se reflete apenas nas contas comerciais. As amortizações da dívida externa serão pesadas. O Banco Central estima que o pagamento do principal da dívida salte dos US\$ 11,5 bilhões, este ano, para cerca de US\$ 19 bilhões no ano que vem. Pelo menos duas dezenas de bilhões de eurobônus, emitidos no passado, vencem em 1997. A tentativa, obviamente, será de rolar esses papéis.

O indicador mais relevante de todos, na área externa, é o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, que representa o buraco que o país terá que financiar, com recursos em dólares. Este poderá atingir a casa dos US\$ 28,6 bilhões (ver tabela). Não há uma regra que diga qual a relação boa de déficit em transações correntes/PIB. Mas o certo é que ela vai piorar no ano que vem e o governo terá que mostrar, pelo menos, que haverá melhora para 1998. Senão, há o risco dos investidores estrangeiros

ficarem desconfiados em pôr seus dólares no país, criando uma situação de deterioração perigosa.

Ansiedade — Na avaliação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luís Carlos Mendonça de Barros, o maior risco que o país corre nos próximos dois anos é o de "subir a taxa de ansiedade". Segundo ele, o processo de adequação da capacidade produtiva do país ao novo patamar de consumo apenas começou. "Minha leitura é que, no tocante ao desempenho da balança comercial, os desequilíbrios ainda vão perdurar, porque a capacidade produtiva do parque industrial brasileiro está mudando. Esse é um processo profundo que embaralha as regras do jogo. Estamos em plena fase de transição,



“Estamos em plena fase de transição, onde algumas empresas vão desaparecer e outras despontar”

Luís Carlos Mendonça de Barros

Contas externas

Balança comercial	US\$ bilhões
Exportações	50,8
Importações	58,8
Saldo	-7,7
Balança de serviços	-23,9
Juros	11,5
Outros	12,4
Transferências unilaterais	3,0
Transações correntes	-25,6

Fonte: projeções com base em dados oficiais

O déficit público

Conceito	1996/até novembro	1997
Déficit operacional (% PIB)	3,96	2,5%
Déficit primário (% PIB)	-0,02	-1,5%

Obs: sinal negativo equivale a superávit

técnicos de uma entidade que produz estudos sobre a disposição de empresas japonesas em investir no exterior uma boa notícia. Em abril de 1994, nessa pesquisa, o Brasil era apontado como o 62º país na escala de interesse dos japoneses. Em abril deste ano, passou a ser o 11º. O que anima nesses indicadores, lembra o presidente do BNDES, é que o capital, conforme teoria keynesiana, tem espírito de rebanho. Para onde vai um, vão todos.

Privatização — Certamente, boa parte dos bilhões de investimentos diretos vai para a compra de estatais que serão levadas à leilão. A venda da Companhia Vale do Rio Doce deverá ocorrer por volta de abril e os governos estaduais devem deslanchar a privatização de suas empresas, sobretudo de energia elétrica.

Nesse aspecto, o presidente do BNDES faz um comentário sobre os ágios que marcaram as privatizações deste ano. Segundo ele, os empresários brasileiros ainda não se acostumaram a fazer conta de valor presente com base em previsões de longo prazo. Dada essa deficiência, acham tudo caro, enquanto os grupos estrangeiros olham o país com suas potencialidades e acabam comprando empresas a preços que eles consideram barato, mesmo depois do ágio.

A intenção da área econômica é gerar receitas de R\$ 10 bilhões com a venda de estatais, o que daria uma mão para reduzir o déficit público. Ai vai uma discussão nervosa entre a equipe de economistas oficiais e as demais áreas do governo. O que fazer com o dinheiro da venda da Vale, por exemplo? Se a pergunta for dirigida

aos ministros ligados à administração do Real, a resposta vem em uníssono: abater parte da dívida mobiliária.

Se, contudo, a indagação for feita ao ministro das Comunicações, Sérgio Motta, ou mesmo a assessores do Palácio do Planalto, a resposta será diferente: investir em projetos de infraestrutura.

Na primeira etapa do leilão da Vale não se espera uma receita muito maior do que R\$ 3 bilhões e a tendência será usar esse dinheiro nas duas coisas. O estoque da dívida em títulos é nada menos que R\$ 175,2 bilhões e o dinheiro da privatização, alegam ministros que querem recursos para investimentos, é um pinga d'água nesse oceano de débito.

Sufoco fiscal — Na área das receitas e despesas do setor público, a esperança do governo é que comece a colheita de resultados de algumas medidas tomadas este ano. Esse é um problema que “atazana”, como disse o presidente Fernando Henrique Cardoso, em discurso recente. Mas foi o seu governo que preferiu deixar as reformas constitucionais importantes — da Administração e da Previdência Social —, que são cruciais para reduzir o déficit futuro, para concentrar todas as forças políticas na articulação para votar a emenda da reeleição no ano que vem.

Como disse Pastore, “o presidente Fernando Henrique está querendo comprar à vista a reeleição e vender à sociedade brasileira, no mercado futuro de opções, as reformas estruturais”.

Na falta das reformas e de medidas mais contundentes de corte dos gastos, o governo vai salgar ainda mais a conta de tributos. Seguramente, a carga tributária de 1997 será recorde histórico, seja pelas mudanças feitas no Imposto de Renda, seja pela cobrança da antipática Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Surpresa — No ano passado, o governo foi pego de surpresa com um déficit operacional de 4,95% do PIB. No início deste ano, ele vendeu a promessa de uma boa redução e, como meta, estabeleceu um déficit de 2,5% do PIB, mas não foi bem-sucedido. O déficit operacional — que mede todo o endividamento que o setor público contrai para financiar seus rombos, excluindo os efeitos da inflação sobre esses financiamentos — vai superar um pouco os 4% do PIB ao final deste ano.

Vencido, mais uma vez, pelos gastadores, o Ministério da Fazenda transferiu para 97 a meta de déficit operacional deste ano. Ou seja, espera conter o buraco das contas públicas em 2,5% do PIB, no conceito operacional, e obter um superávit primário — receitas menos despesas correntes, exclusivos juros — de 1,5% do PIB. Como o déficit público envolve a performance não só do governo federal, mas dos governos estaduais, municipais, empresas estatais, dos três níveis de governo e Previdência Social, quase nunca a meta corresponde à realidade.

Para 97 há alguns alentos. A taxa de juros real, segundo Fábio Giambiagi, economista do BNDES e estudioso da questão fiscal, ainda vai dar uma boa contribuição para a redução do déficit, caindo dos cerca de 18% este ano para algo próximo a 14% no ano que vem. Os governadores, em sua grande maioria, não estão conseguindo recursos nem para pagar toda a folha de salários mais o custeio da máquina administrativa. Pela absoluta falta de dinheiro, começaram a promover programas de demissões voluntárias e cortar despesas em geral. No início, os PDVs dão despesa e a economia de recursos só vai aparecer mesmo no ano seguinte. Junto a isso, estão renegociando dívidas com o governo federal, se mostram dispostos a privatizar suas empresas de energia elétrica, saneamento, bancos, e se esse conjunto de providências for levado adiante, haverá luz no final do túnel.